

SOCICOM: UMA FEDERAÇÃO DE ENTIDADES CIENTÍFICAS NA DEFESA DA CIÊNCIA E DA DEMOCRACIA

SOCICOM: A FEDERATION OF SCIENTIFIC ENTITIES IN DEFENSE OF SCIENCE AND DEMOCRACY

SOCICOM: UNA FEDERACIÓN DE ENTIDADES CIENTÍFICAS EN DEFENSA DE LA CIENCIA Y LA DEMOCRACIA

Ruy Lopes

■ Bacharel, mestre e doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo. É professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Ex-presidente da União Latina de Economia Política da Informação, Comunicação e de Cultura- ULEPICC-Br e da Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas da Comunicação-SOCICOM.

■ *Es licenciado, máster y doctor en Filosofía por la Universidad de São Paulo. Es profesor del Instituto de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de São Paulo. Fue presidente de la Unión Latina de Economía Política de la Información, Comunicación y Cultura - ULEPICC-Br y de la Federación Brasileña de Asociaciones Científicas y Académicas de Comunicación - SOCICOM.*

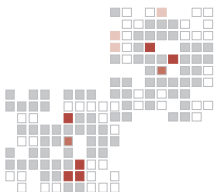
■ E-mail: rsard@sc.usp.br

Ana Rêgo

■ Jornalista pela UFPI. Especialista em Ciências Humanas pela PUC-RS, Mestre em Comunicação e Cultura pela ECO-UFRJ. Doutora em Processos Comunicacionais pela UMEESP, com Estágio de doutorado na Universidade Autônoma de Barcelona e Pós-Doutora em Comunicação e Cultura pela ECO-UFRJ. Ex-Presidenta da Associação de Pesquisadores em História da Mídia-ALCAR e da Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas da Comunicação-SOCICOM. Criou e coordena atualmente a Rede Nacional de Combate à Desinformação-RNCD. Professora do PPGCOM-UFPI e Pesquisadora do CNPQ.

■ *Periodista por la UFPI. Especialista en Humanidades por la PUC-RS, Máster en Comunicación y Cultura por la ECO-UFRJ. Doctora en Procesos de Comunicación por la UMEESP, con pasantía doctoral en la Universidad Autónoma de Barcelona y Post-Doctorado en Comunicación y Cultura por la ECO-UFRJ. Fue Presidenta de la Asociación de Investigadores en Historia de los Medios de Comunicación-ALCAR y de la Federación Brasileña de Asociaciones Científicas y Académicas de Comunicación-SOCICOM. Creó y actualmente coordina la Red Nacional de Combate a la Desinformación-RNCD. Profesora de PPGCOM-UFPI e Investigadora del CNPQ.*

■ E-mail: anareginarego@gmail.com



RESUMO

Este artigo aborda a trajetória da Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas da Comunicação-SOCICOM como importante ator político e impulsionador das instituições do campo. Busca-se ressaltar a importância desse tipo de organização institucional para o reconhecimento social do campo científico e luta por uma sociedade democrática e inclusiva. A ação da SOCICOM e suas entidades associadas demonstraram não apenas a importância da organização estrutural do campo para a defesa e constituição do direito à Comunicação, bem como para uma reflexão crítica sobre o papel das Ciências da Comunicação enquanto construção teórica e política.

PALAVRAS-CHAVE: CAMPO, COMUNICAÇÃO, SOCICOM, POLÍTICAS CIENTÍFICAS.

ABSTRACT

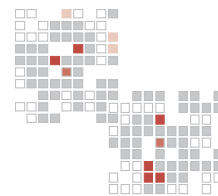
This paper discusses the trajectory of the Brazilian Federation of Scientific and Academic Associations of Communication-SOCICOM as an important political actor and promoter of institutions in the field. It seeks to highlight the importance of this type of institutional organization for the social recognition of the scientific field and the struggle for a democratic and inclusive society. The actions of SOCICOM and its member organizations demonstrated not only the importance of the structural organization of the field for the defense and constitution of the right to Communication, but also for a critical reflection on the role of the Communication Sciences as a theoretical and political construction.

KEY WORDS: FIELD, COMMUNICATION, SOCICOM, SCIENCE POLICIES.

RESUMEN

Este artículo aborda la trayectoria de la Federación Brasileña de Asociaciones Científicas y Académicas de Comunicación-SOCICOM como un importante actor político y promotor de instituciones en el campo. La intención es destacar la importancia de este tipo de organización institucional para el reconocimiento social del campo científico y la lucha por una sociedad democrática e inclusiva. Las acciones de SOCICOM y sus organizaciones miembros han demostrado no sólo la importancia de la organización estructural del campo para la defensa y constitución del derecho a la Comunicación, sino también para una reflexión crítica sobre el papel de las Ciencias de la Comunicación como construcción teórica y política..

PALABRAS CLAVE: CAMPO, COMUNICACIÓN, SOCICOM, POLÍTICAS CIENTÍFICAS.



1. Introdução

A teoria geral da economia dos campos permite descrever e definir de forma específica de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e os conceitos mais gerais (capital, investimento, ganho), evitando assim todas as espécies de reducionismo, a começar pelo economicismo, que nada mais conhece além do interesse material e a busca da maximização do lucro monetário. Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir (BOURDIEU, 1998, p. 69)

Qual o papel desempenhado pelas instituições acadêmicas e científicas não apenas no desenvolvimento do conhecimento e da ciência, e na construção de um ambiente de ensino e pesquisa pujante e desafiador, mas na construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva? Qual a importância dessas organizações em períodos de exceção e ataque às instituições republicanas, a ciência e universidade aí incluídas?

Como detalha Rêgo (2020, p.36), o campo comunicacional possui dupla dimensão, de um lado, o fenômeno que permite a expressão de afetividades e congrega sociabilidades, conformando processos “[...] em torno dos quais orbitam laços interacionais, estruturas de poder e redes mercadológicas, que possuem desde as primeiras comunidades humanas, uma centralidade na vida em sociedade”. Por outro, o campo científico em constante tensionalidade e expansão.

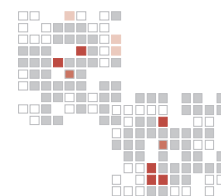
Nesse cenário, a SOCICOM tem procurado

atuar diretamente nos dois ambientes, tanto com ações diretas, quanto no incentivo e apoio a suas filiadas. Este texto, portanto, tem como objetivo desvelar as contribuições da Federação ao campo da comunicação, ao longo dos seus 15 anos de existência, com ênfase nas ações das últimas gestões.

Quando em 2007 um grupo de pesquisadores, capitaneado por José Marques de Melo, reunidos no **I Fórum das Sociedades Científicas de Comunicação** na cidade de Santos/SP decidiu pela fundação da **Federação Brasileira das Associações Acadêmicas e Científicas de Comunicação (SOCICOM¹)**, formalizada no ano seguinte, em Natal-RN, o cenário nacional e as perspectivas eram outros.

No âmbito político, as movimentações da sociedade civil organizada e da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados – que resultaram no **Encontro Nacional de Comunicação**, em junho de 2007 e na luta pela convocação da **Primeira Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM)** realizada em dezembro de 2009 - pareciam finalmente colocar na agenda do país a necessidade de se discutir a centralidade econômica, política e social que as comunicações vinham ocupando já há algum tempo.

1A SOCICOM congrega, hoje em dia (2023) as seguintes associações: Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (ABEJ), Associação Brasileira de Pesquisadores em Publicidade e Propaganda (ABP2), Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã (ABPCom), Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura (ABCiber), Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom), Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas (ABRAPCORP), Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (ALCAR), Fórum Brasileiro de Ensino de Cinema e Audiovisual (FORCINE), Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), Rede de Estudos e Pesquisa em Folkcomunicação (Rede FOLKCOM), Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBP)or) e União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, capítulo Brasil (ULEPICC-Brasil).



O êxito inicial do segundo mandato do governo Lula (2007 a 2010) em lidar com o fantasma da alta inflacionária e sinais de uma crise econômica mundial que se configurava, aliado à manutenção de certas políticas redistributivas, levaram uma parte da crítica especializada a falar em um “novo desenvolvimentismo”. Assim, nada mais adequado do que se revisitar, agora em nova chave conceitual, as teorias sobre o binômio comunicação e desenvolvimento. Não mais aquelas acionadas pela NOMIC- Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação, nos anos 1970, ou as contidas no Relatório MacBride, da década de 1980, mas que incorporasse novos matizes, como o empoderamento, a sustentabilidade, a preocupação com a qualidade de vida das pessoas e o papel das comunicações nas conquistas democráticas.

Se essas eram questões que há muito estavam em pauta na pesquisa acadêmica, restava, pois, o desafio de torná-las mais visíveis e permeáveis às demandas da sociedade brasileira. Romper o isolamento que nos caracteriza e reafirmar a utilidade do conhecimento aqui produzido, como afirmou José Marques de Melo em entrevista ao IPEA (2010), eram nossas urgências cuja junção de esforços numa associação de entidades científicas contribuiria para aplacar.

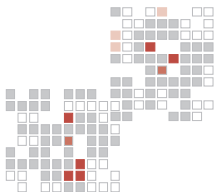
Assim, uma das primeiras tarefas da SOCICOM foi tornar conhecida a pujança da jovem Ciência da Comunicação no Brasil que, em 2008, já caminhava para a comemoração do seu 50º aniversário, em 2013. Num convênio inédito com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA foi lançado o edital IPEA 63/2010- **Panorama da Comunicação no Brasil 2010**, vencido pela equipe coordenada pela professora Maria Cristina Gobbi e que resultou na publicação do **Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil** (2010, 2011/2012 e 2013/2014).

Um dos méritos dessa pesquisa e publicações foi justamente demonstrar por meio de métricas e indicadores aquilo que já era bastante evidente nos diversos espaços de pesquisa, congressos e publicações da área, em âmbito nacional e internacional, a ossatura e relevância social do conhecimento em comunicação produzido no Brasil. O impacto que tivera junto aos órgãos governamentais acenava não somente para a manutenção de um profícuo diálogo, bem como a contribuição que a academia poderia oferecer no estabelecimento de novas políticas públicas para o setor, bem como de um modelo de desenvolvimento a ser adotado.

Como afirmou Daniel Castro, assessor-chefe de Imprensa e Comunicação do IPEA, na época:

Conhecer melhor as áreas de trabalho relacionadas à Comunicação, o perfil dos profissionais – inclusive aqueles surgidos neste século –, o estado da arte, as inovações tecnológicas que impactam o mercado, além de tirar lições da experiência de outros países é tarefa premente para os entes públicos. O diálogo com todos os interessados no tema precisa ser aprofundado e, nesse sentido, caberia o convite a uma Segunda Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM), reabrindo o debate iniciado com a primeira edição, em 20. Esse embasamento aliado ao investimento em mais pesquisas, permitirá atingirmos um futuro mais democrático e menos assimétrico para a Comunicação no Brasil (CASTRO, GARCIA, 2012, p.11,12)

Uma vez demonstrada, interna e externamente, a constituição de um campo que, ainda jovem, apresentava-se essencial não apenas aos debates epistemológicos, mas também como uma práxis social, a luta por instâncias democráticas e inclusivas se mostrava como uma consequência lógica.



2. A democratização das comunicações em pauta

Não obstante o fato da luta pela afirmação da Comunicação como Grande Área do conhecimento ter sido um dos principais objetivos da criação e atuação da SOCICOM ao longo desses anos - como podemos depreender por meio dos vários eventos e ações da entidade junto aos fóruns acadêmicos e agentes formuladores das políticas governamentais de educação, ciência e tecnologia do país e da publicação do livro **O campo da Comunicação: epistemologia e Contribuições científicas** (2020) -; o entendimento de que a existência de um campo científico que se predispõe não apenas conhecer heurísticamente a sociedade, mas contribuir para o bem-estar e a vida digna da população como pressuposto para a constituição e consolidação de instâncias democráticas sólidas, fez com que a SOCICOM e suas entidades afiliadas não poupassem esforços para incorporar em suas ações a pauta da luta pela democratização das comunicações.

Ao reivindicar o importante papel da academia para a “produção de teorias, métodos, conceitos, categorias, que pudessem instrumentalizar as lutas concretas que as contradições daquela relação [entre comunicação e democracia] ensejavam” (RAMOS, 2014, p.9), a entidade prontamente se engajou nos esforços para a constituição de um novo marco regulatório para as comunicações, posto pela Primeira CONFECOM (2009), mas até então não implementado. Por iniciativa de algumas de suas entidades associadas, em especial a ULEPICC-Brasil, e, em conjunto com movimentos sociais como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação- FNDC e a Frente Parlamentar pela Democratização das Comunicações, foi formada, em novembro de 2014, a **Comissão de Especialistas sobre a Regulação da Mídia** (Prof. Dr. Marcos Dantas – UFRJ/ULEPICC-Brasil, Prof. Dr. Adolpho Carlos

Queiroz – Mackenzie/POLITICOM, Profa. Dra. Anamaria Fadul – INTERCOM , Prof. Dr. Edgar Rebouças – UFES, Prof. Dr. Fernando Oliveira Paulino – UnB, Profa. Dra. Maria Berenice Machado – UFRGS/ALCAR/SOCICOM, Prof. Dr. Murilo César Ramos – UnB, Prof. Dr. Ruy Sardinha Lopes – USP/ULEPICC-Federação, Prof. Dr. Sérgio Amadeu da Silveira – UFABC, Prof. Dr. Sérgio Mattos – UFRB) que teve como uma de suas primeiras ações a convocação de uma audiência, realizada no dia 11 de fevereiro de 2015, com o então ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, com o objetivo de reforçar a necessidade e o importante papel que a academia poderia ter numa eventual proposta de um novo marco regulatório.

Embora as diversas propostas oriundas deste diálogo não tenham sido concretizadas em razão das turbulências que acometeram o segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff (2014-2016), a luta da SOCICOM e da Comissão não se interrompeu, daí resultando a publicação do primeiro número do **SOCICOM Debate** sobre “Democratização da Comunicação” (2014) e o **I Fórum SOCICOM-INTERCOM** com a temática sobre “os estudos e alternativas sobre a regulação da mídia”, realizado no Rio de Janeiro, em setembro de 2015, por ocasião do XXXVIII Congresso da INTERCOM.

Se naquela época o debate sobre a regulação da mídia tinha como epicentro as questões relativas à radiodifusão e telecomunicações, bem como a necessidade de se constituir novos marcos regulatórios que abarcasse as mudanças oriundas da transição da transmissão analógica para a digital, da convergência tecnológica e formação de novos oligopólios, a importância que a internet e as plataformas digitais adquiriam para os diversos ecossistemas produtivos e sociais impuseram a premência de se pensar e instituir nos formas de governança dessas atividades no Brasil, como a aprovação pioneira da Lei



n.12.965, de 23 de abril de 2014, conhecida como Marco Civil da Internet.

Ainda que não possua caráter normativo, a constituição do Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI, uma organização de natureza pública não estatal responsável pelo estabelecimento de diretrizes para o uso e desenvolvimento da Internet, bem como pela definição de políticas de alocação de número de domínio em território brasileiro, representou um palco imprescindível para as discussões e formulação de proposições sobre as políticas, arcabouço jurídico e ações sobre o setor em disputa no país.

Ao reconhecer a importância deste fórum, bem como o impacto das políticas públicas sobre a Internet na vida da sociedade e comunidade acadêmica, a SOCICOM protagonizou, num esforço inédito, a articulação das entidades científicas de comunicação para a eleição dos representantes da academia no Comitê Gestor da Internet no Brasil- CGI.. Tal articulação resultou na eleição dos professores Marcos Dantas e Sérgio Amadeu, respectivamente titular e suplente.

Se o cenário anteriormente descrito apontava para um avanço das instituições e pautas democráticas no país e o reforço do papel da academia e das instituições de pesquisa na constituição de uma sociedade mais democrática e inclusiva, o ano de 2016 foi o prenúncio de uma nova época, de ataques e tentativas de desmonte, e do necessário reposicionamento das entidades. Como observou o professor Marcos Dantas, em entrevista dada ao Portal da SOCICOM sobre sua atuação no CGI em 2016:

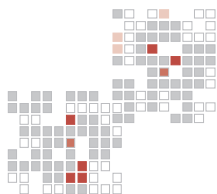
No plano internacional, prossegue o debate sobre uma nova ordem mundial para a Internet.

No plano nacional, acho que muita coisa vai depender dos desdobramentos da atual crise política. Inclusive, dependendo da mudança, ou não, de Governo, pode mudar toda a bancada governista no CGI.br. E eu não seria otimista quanto ao futuro... Nota-se um recrudescimento, no Congresso, de propostas reacionárias e anti democráticas de controle da Internet. O relatório da CPI dos Ciber Crimes, em debate no momento em que estamos aqui conversando, causa-nos muita preocupação. Se suas sugestões vierem a virar lei, retrocederão algumas das mais importantes conquistas do Marco Civil, conquistas estas que nos tornam admirados em todo o mundo. Mas é como eu disse: a Internet, hoje, espelha os conflitos reais na sociedade. Os setores conservadores, reacionários, repressores estão se organizando para regulamentá-la conforme seus interesses e visão de mundo. Penso que, apesar dos avanços do Marco Civil, os setores democráticos e progressistas precisam também entender que a Internet não é mais um problema de “governança” mas de “governo” e vai demandar, ou já está demandando, um avançado projeto democrático de regulação. Os conservadores estão preocupados com as patologias sociais, pretexto para seus

44

3. Tempos sombrios

Quando pensamos nos tempos sombrios e nas pessoas que neles viveram e se moveram, temos de levar em consideração também essa camuflagem que emanava e se difundia a partir do establishment _ ou do “sistema”, como então se chamava. Se a função do âmbito público é iluminar os assuntos dos homens, proporcionando um espaço de aparições onde podem mostrar, por atos e palavras, pelo melhor e pelo pior; quem são e o que podem fazer, as sombras chegam quando essa luz se extingue por “fossos de credibilidade” e “governos invisíveis”, pelo discurso que não revela o que é, que, sob o pretexto de sustentar antigas verdades, degradam toda a verdade a uma trivialidade sem sentido (ARENDDT, 2008, p. 8).



projetos repressivos. Acho que o pensamento progressista deve começar a se preocupar, e muito, com o crescente controle da Internet por organizações midiático-financeiras, a exemplo do Facebook, do Google, Microsoft etc., em estreita relação com o Governo imperial dos Estados Unidos (DANTAS, 2016)

Outro indício, agora já sob a impedimento da Presidenta Dilma Rousseff e governo provisório de Michel Temer, foi a fusão do Ministério das Comunicações com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e a tentativa, ainda que frustrada de extinção da Empresa Brasil de Comunicação- EBC, traduzida tanto na tentativa de demissão de seu diretor presidente², Ricardo Melo, em plena vigência de seu mandato quanto na edição de uma medida provisória (MP744) que extinguiu o Conselho Curador da EBC, acabando, na prática, com o caráter público da Empresa³.

Como não podia deixar de ser, a reação da SOCICOM e entidades associadas foi imediata. Instada pelos debates surgidos durante o II Fórum Socicom-Intercom – cuja temática central era o papel da informação na democracia e os oligopólios de mídia – a defesa da comunicação pública pautou, entre outras iniciativas, a publicação do segundo volume da série

2 Em 17 de maio o então presidente da EBC foi exonerado e substituído. Tal ato foi derrubado por meio de liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Tóffoli, por ferir a Lei 11.652/08. Com a edição da MP744 e após nova reversão de sua exoneração, o presidente é definitivamente afastado de seu cargo.

3 Como afirma Rita Freire, então presidente do Conselho Curador da EBC, em artigo publicado no Caderno Socicom-Debate, n.2 (2016, p 52) : “A MP 744 retirou da Lei da EBC todas as menções ao Conselho Curador e às suas atribuições, ignorando a Constituição, que determina a complementariedade da comunicação, e contrariando a própria Lei da EBC que, nos incisos VIII e IX do Art. 2, estabelece autonomia em relação ao governo e garante participação social. Com a medida, a sociedade civil ficou automaticamente fora da governança da empresa de comunicação pública.”

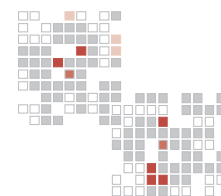
SOCICOM Debate: a comunicação pública em questão: crise na EBC (2016). Ao reunir importantes pesquisadores do campo, tais como Martin Becerra, Laurindo Leal, Eugênio Bucci entre outros, a entidade objetivava discutir uma das questões sensíveis da atualidade pois, como bem destacou Laurindo Leal Filho (2016, p.21):

É importante deixar isso claro já que não é possível discutir o papel de qualquer variante da comunicação social sem entender em que tipo de Estado ela está inserida. Em se tratando de comunicação pública a questão é mais aguda já que quase sempre, em última instância, ela depende de algum tipo de impulsão dos gestores governamentais do Estado. Se a opção for pelo Estado mínimo ela está condenada ao desaparecimento ou na melhor das hipóteses a um papel residual, muitas vezes apenas para dar conta de dispositivos legais, transformando-se em porta-voz governamental. Se a saúde, a educação e a previdência, entre outras políticas públicas, são desprezíveis nesse tipo de Estado, o que se esperar de uma possível atenção à comunicação pública.

O próprio CGI, mencionado anteriormente, foi alvo, em 2017, de uma tentativa de intervenção por meio de decisão unilateral por parte do governo de uma consulta pública sobre a reforma do Comitê. Mais uma vez, a pronta resposta de entidades como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC e a SOCICOM, por meio de nota pública⁴, foi decisiva para que o governo revisse sua estratégia.

Outra medida que impactou fortemente o meio acadêmico e científico brasileiro foi

4 Ver <http://jcnoticias.jornaldaciencia.org.br/2-entidades-cientificas-divulgam-nota-sobre-a-consulta-publica-que-pretende-modificar-o-cgi-br/>



o anúncio do contingenciamento de R\$ 2,2 bilhões do orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações e R\$ 3,9 bilhões do Ministério da Educação pelo Governo Federal em 30/03/2017, situação essa agravada se lembrarmos que as atividades de pesquisa já vinham sofrendo sistemáticos cortes e contingenciamentos, tendo sua participação no orçamento da União diminuído drasticamente. Mais uma vez, o que estava em jogo não era simplesmente a sustentabilidade dos sistemas de ensino e pesquisa em ciência e tecnologia existentes no Brasil, mas o projeto de uma nação soberana e desenvolvida e o lugar das ciências nesse projeto. Mais uma vez a reação das entidades acadêmicas e científicas foi incisiva resultando, entre outras medidas, na Marcha pela Ciência, organizada pela SBPC, no dia 22 de abril daquele ano.

4. Resistência na distopia

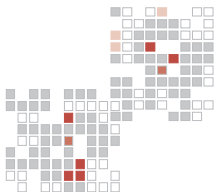
Os liberais que se tornaram neoconservadores não abandonaram simplesmente as bandeiras. Pelo contrário, tentaram explicar os fatos que os inquietavam com a mobilização de todos os seus talentos [...]. São surpreendentes as concordâncias da doutrina neoconservadora com as abordagens da crítica social na escolha dos fenômenos que necessitam de explicação. Naturalmente, os fenômenos críticos aparecem em cada caso com descrições diferentes. Os neoconservadores buscam as causas da crise não no modo de funcionar da economia e do aparelho estatal, mas nos problemas de legitimação culturalmente condicionados, em geral na relação perturbada entre democracia e cultura. Eles se inquietam com a suposta perda de autoridade das instituições basilares, em especial no sistema político (HABERMAS, 2015, p. 67).

O desmonte da estrutura estatal governamental iniciada em 2016, após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, teve continuidade e foi potencializado na gestão do ex-Presidente Jair Bolsonaro que, em seus primeiros dias de governo, extinguiu Ministérios e reorganizou outros tantos em pastas que tiveram seus objetivos desviados, orçamentos cortados e o capital simbólico composto pela expertise de cada segmento governamental, espalhado ou expurgado.

Em fevereiro de 2019, a Diretoria da SOCICOM já manifestava sua preocupação com o novo quadro político do país,

É óbvio que a conjuntura social e política se alterou, com o fortalecimento das instâncias democráticas, e que, qualquer tese de uma “volta do regime ditatorial” precisa ser vista com cuidado. Não obstante, talvez possamos falar de um período de governança ideológico-militar que embora não hegemônica e por vezes conflitantes com outros segmentos do governo, como, por exemplo, as matrizes neoliberais presentes na gestão da economia, terá importantes consequências nos destinos de nosso país. Até que ponto tal matriz político-ideológico será capaz de responder aos principais desafios e conflitos do Brasil atual e proporcionar políticas públicas que levem ao desenvolvimento integral de nossa população é a grande incógnita que esse início de mandato nos traz (LOPES, Informativo Socicom, n.59 2019).

Tal preocupação se mostrou justificada, tendo em vista a implantação de estratégias de gestão que visavam a transformação das estruturas do Estado brasileiro a partir de dentro das próprias instituições. Todas as áreas foram impactadas, a cultura desapareceu do mapa, o meio ambiente foi negligenciado e sua destruição incentivada, os



direitos humanos e a cidadania, transformados em pautas religiosas, a saúde, a educação, ciência e tecnologia rebaixados a um patamar, onde os recursos minguados não possibilitavam nem a manutenção dos sistemas existentes, quanto mais, o crescimento necessário para o atendimento do povo brasileiro.

A SOCICOM, assim como, inúmeras instituições do campo científico e acadêmico, atuou ao lado de grandes atores da sociedade civil no *front* da resistência a todos os movimentos governamentais de destruição das estruturas e das involuções nas políticas e nos direitos já então conquistados pelas minorias.

A reforma educacional que ainda hoje causa polêmica e mantém grande índice de rejeição e muita resistência, foi acompanhada pela SOCICOM. Na ocasião a Presidência da instituição se manifestou afirmando que muito embora ainda fosse cedo para conclusões definitivas sobre uma política para educação superior, tanto quanto, para ciência, tecnologia, inovação e comunicação, por outro lado, talvez fosse,

[...] demasiado tarde para ficar esperando que as coisas mudem ou melhorem, visto que os discursos circulantes nas esferas governamentais, proferidos por seus representantes, não enfatizam o ensino superior como prioritário, principalmente, o ensino gratuito e inclusivo. As manifestações de ministros nos levam numa inversão nos investimentos e consequentes prejuízos para a formação dos jovens brasileiros” (RÊGO, 2019).

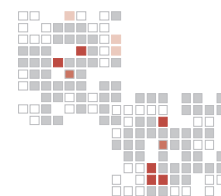
A Diretoria da SOCICOM também se manifestou sobre a política de ciência e tecnologia. Baldissera (2019) afirmou em entrevista ao Informativo SOCICOM, que embora o então Ministro Marcos Pontes manifestasse boas intenções, a realidade confrontava diretamente seu discurso.

O orçamento para a formação de pesquisadores (como bolsas de mestrado e doutorado) e, particularmente, para a pesquisa tem sofrido reduções gradativas e amplas desde 2015. Essa desidratação orçamentária se traduziu, por exemplo, em não publicação de editais de pesquisa e no atraso na liberação de recursos para o desenvolvimento de projetos aprovados.

Essas pautas em especial, a saber: educação, ciência e tecnologia foram tratadas com muita atenção pela SOCICOM que esteve ao lado da SBPC em todos os movimentos junto ao Parlamento e nas manifestações para a sociedade, tanto quanto, para a mídia.

Durante todo o segundo semestre de 2019, a SOCICOM esteve ativamente em várias frentes em defesa da pesquisa e combatendo os cortes implementados pelo governo Bolsonaro nas agências de fomento (CAPES e CNPq⁵), tendo sido uma das signatárias, junto com mais 90 entidades científicas, da petição que alertou para a situação crítica em que se encontrava o CNPq, em risco iminente de cortar o financiamento das bolsas de estudos de mais de 80 mil pesquisadores em todo o País e no exterior. Segundo o texto da petição, o governo precisava então recompor o orçamento do CNPq aprovado para 2019, com um aporte suplementar de recursos da ordem de R\$ 330 milhões para que a agência possa cumprir seus compromissos deste ano. A petição conclamou as instâncias decisórias do Executivo e do Legislativo Federal a reverter imediatamente este quadro crítico de desmonte do CNPq e a colocarem também, no Orçamento de 2020, os recursos necessários ao funcionamento pleno do CNPq. Vale destacar que esse documento recebeu quase 1 milhão de assinaturas online e foi

5 CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico



entregue aos presidentes da Câmara e do Senado Federal (Informativo SOCICOM, 59, 2019).

No mesmo período foram realizados eventos, manifestações e campanhas em defesa do CNPq e da FINEP⁶ reiterando a necessária recomposição dos orçamentos para essas instituições e apontando que sem pesquisa e produção de conhecimento, não há desenvolvimento possível.

Nesse cenário distópico e complicado para a educação, ciência e tecnologia, a SOCICOM realizou ainda em setembro de 2019, o Fórum SOCICOM-INTERCOM na Universidade Federal do Pará, tendo como tema a crise de financiamento instituída no governo Bolsonaro para os Ministérios e agências de fomento.

Logo em seguida, no início de outubro do mesmo ano, a SOCICOM esteve compondo frente de resistência na Marcha pela Ciência realizada no Congresso Nacional com o objetivo de sensibilizar parlamentares para recomposição dos orçamentos de CT&I para a PLOA de 2020. A Marcha também procurou destacar a importância da destinação de 25% do Fundo Social do Pré-SAL para CT&I (PL 5.876/2016). (INFORMATIVO SOCICOM, 59, 2019).

À distopia anunciada no campo político pelo governo Bolsonaro, somar-se-ia a pandemia da Covid-19 que chega em nosso país em março de 2020. O Brasil entra em um processo de potencialização do fenômeno da desinformação, com uma declarada guerra de narrativas que terminou por misturar os campos político e científico e que refletia diretamente o posicionamento negacionista do governo.

De um lado, uma grande máquina de construção da ignorância (RÊGO e BARBOSA,

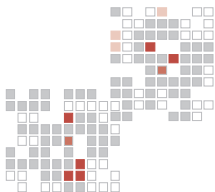
2020) com uma produção intermitente de todo tipo de narrativa com desinformação que eram jogadas para a sociedade através de redes sociais digitais e grupos de aplicativos de mensageria. De outro, cientistas de diversas áreas tentavam explicar para a sociedade e com o apoio de grande parte do jornalismo “tradicional”, a importância do uso de máscaras, do distanciamento social e das medidas de isolamento (lockdown), como preventivas para um vírus para o qual ainda não haviam medicamentos, nem vacina.

As narrativas com desinformação que ganhavam forma em textos, vídeos, cards etc., acionavam afetos negativos e positivos e tratavam de convencer com argumentos improváveis, mas críveis para o público-alvo das mensagens, tais como argumentos religiosos e ideológicos.

Uma pesquisa realizada dois anos antes por pesquisadores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts- MIT (2018) já havia alertado para o potencial viralizador da desinformação, exatamente pela composição morfológica híbrida que convoca afetos e emoções e forma opiniões. Tal potencial transformou a desinformação em uma mercadoria muito lucrativa.

Nesse cenário distópico e desolador, com o Brasil conquistando uma marca superior a 700 mil mortes (Ministério da Saúde, 2022), foi que a SOCICOM iniciou seu engajamento na luta para regulação das plataformas ainda em 2020, quando em parceria com o Coletivo Brasil de Comunicação Social-INTERVOZES, o Observatorio Latinoamericano de Regulación, Medios y Convergencia-OBSERVACOM, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor- IDEC e o Desarrollo Digital da Argentina, dentre outras instituições, entregou a parlamentares brasileiras, o documento **Padrões para uma regulação democrática das grandes plataformas que garantam a liberdade de expressão e uma**

⁶ A Financiadora de Estudos e Projetos- FINEP , é uma empresa pública brasileira de fomento à ciência, tecnologia e inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas.



internet livre e aberta⁷.

Em 2020 foi criada a Rede Nacional de Combate à Desinformação-RNCD Brasil e a SOCICOM foi de imediato uma das primeiras parceiras da Rede que hoje reúne quase 180 parceiros no Brasil e no exterior. Ao lado da RNCD, a SOCICOM tem travado lutas no combate à desinformação e tem participado de eventos e subscrito documentos em favor da regulação pública e democrática das plataformas digitais.

O tema da regulação ganhou força em 2020 a partir da ação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito-CPMI das Fake News e do Projeto de Lei 2630 que começou a tramitar naquele ano. A SOCICOM então trouxe parlamentares para o Fórum SOCICOM-INTERCOM⁸.

Vale destacar que o ano de 2020 também foi marcado pela luta em prol da democracia brasileira, que naquele período foi o quarto país que mais se afastou da democracia, segundo o Relatório de Variações Democráticas (V-Dem)⁹ do Instituto V-Dem vinculado a Universidade de Gotemburgo- Suécia. Nesse sentido, a gestão da entidade no biênio 2020-2022 desempenhou um papel essencial na luta pela defesa da democracia no país. Destacam-se a articulação da entidade com diversos órgãos da sociedade civil e acadêmica, como a SBPC, o Fórum das Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes (FCHSSALLA) e entidades internacionais como a Associação Latino-Americana de Pesquisadores da Comunicação (ALAIIC), na elaboração de diversos manifestos,

cartas-abertas e livres em defesa da democracia e da liberdade de expressão. O ataque às instituições democráticas ganhou novos matizes por meio de um processo de deslegitimação do processo eleitoral, gerando, entre outras ações, a discussão promovida pela SOCICOM sobre o papel das plataformas digitais na proteção da integridade eleitoral.

Tendo em vista que neste período os ataques à ciência, tecnologia e inovação foram intensificados, a reação das comunidades acadêmicas foi imediata e necessária. Mais uma vez, a relação entre a SOCICOM, suas entidades associadas e a SBPC foi determinante na luta e posicionamento contra os cortes orçamentários anunciados. Não apenas, em março de 2020, a SOCICOM passou a compor o Grupo de Trabalho de Pós-Graduação junto à diretoria da SBPC, como ao longo do biênio 2020-2022 diversas *lives*, mesas e painéis foram organizados pela SOCICOM e associadas durante os Congressos da SBPC. Entre as quais podemos citar o vídeo **SBPC_ Últimos 200 anos de ciência no Brasil**.

Outro movimento digno de ressalva foi o posicionamento da entidade contrário à extinção da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), mas um ataque do governo federal à comunicação pública no país. Cartas públicas foram redigidas em defesa da EBC bem como a publicação e envio à diversas entidades e agentes sociais do *policy paper* sobre Comunicação Pública “O Brasil precisa da Empresa Brasil de Comunicação”.

Destaca-se, ainda, nesse período o fortalecimento da relação entre a SOCICOM e a ALAIIC, também observada pela realização de diversas *lives* e diálogos dos Fóruns SOCICOM-ALAIIC com a discussão de temas e urgentes fundamentais para a construção de um campo acadêmico e social mais democrático, inclusivo e de qualidade

Mas recentemente, em junho de 2023, a SOCICOM participou do I Workshop de

7 O documento está disponível em < <https://intervozes.org.br/publicacoes/padroes-para-uma-regulacao-democratica-das-grandes-plataformas-que-garanta-a-liberdade-de-expressao-online-e-uma-internet-livre-e-aberta/> >.

8 Regulação das plataformas digitais é tema do Fórum SOCICOM-INTERCOM. Disponível em: < <https://socicom.org.br/2020/09/22/rumos-da-regulacao-das-plataformas-digitais-e-tema-do-forum-socicom-intercom/> >.

9 Relatório disponível em: < <https://www.v-dem.net/publications/democracy-reports/> >.



Regulação de Plataformas Digitais promovido pela Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação-COMPÓS e pela Rede Nacional de Combate à Desinformação-RNCD Brasil , onde foi construído coletivamente o documento **Regular é garantir direitos e democracia**¹⁰.

5. Horizonte de expectativas

Ainda que, com a derrota eleitoral do projeto em curso desde 2016 e intensificado a partir de 2019, as nuvens que encobriram o território brasileiro tenham começado a se dissipar, as expectativas que motivaram a criação da SOCICOM enquanto uma organização federada de entidades científicas do campo da comunicação no Brasil estão longe de terem sido contempladas. Mais do que nunca, o período que, esperamos, tenha sido exceção, evidenciou a força de segmentos da sociedade brasileira e mundial que embora tenham uma existência e ação longevas adquiriram um renovado poder de articulação e mobilização.

Mais uma vez, a “questão comunicacional” está colocada no epicentro das disputas sociais, econômicas e políticas, além, evidentemente, das culturais. O futuro do campo da comunicação e do fortalecimento das instituições democráticas passam pelo exato conhecimento dos modos de funcionamento do neocapitalismo, do jogo geopolítico, da vida plataformizada com a inserção premente da inteligência artificial não mais primária e algorítmica somente, mas também, generativa etc. E, evidentemente, a configuração de alternativas.

A existência e atuação da Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas da Comunicação demonstram não apenas a importância da Ciência e sua luta contínua pelo desvelamento das capas ideológicas que recobrem a realidade e das falsas promessas de emancipação, bem como da necessária articulação e ação política entre o campo científico e comunicacional e a sociedade na defesa dos ideais republicanos e democráticos.

Referências

ARENDDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BALDISSERA, Rudimar. Entrevista concedida a SOCICOM. IN: *Informativo Socicom*, n. 55, fevereiro de 2019. Disponível em: <http://socicom.org.br/informativos/informativo55/01socicom-acompanha/>. Acesso em 27 jun 23.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CASTRO, Daniel; GARCIA, José – Introdução. CASTRO, Daniel; MELO, José M.(orgs) *Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil 2011/2012*. Brasília: IPEA, 2012. <https://socicom.org.br/panorama-da-comunicacao-e-das-telecomunicacoes-no-brasil-2011-2012/> Acesso em 06 jul 23

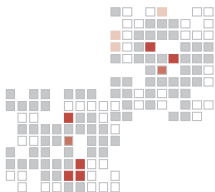
DANTAS, Marcos. Entrevista concedida a SOCICOM. IN: *Informativo Socicom*, n.37, abril de 2016. Disponível em: < <http://historico.socicom.org.br/com-virtuemart-menu-orders/informativo-website/145-a-socicom-37/852-professor-marcos-dantas-e-entrevistado-pela-socicom> >. Acesso em 20 jun 23.

GOBBI, Maria C.- Panorama da Produção de Conhecimento em Comunicações no Brasil. CASTRO, Daniel; MELO, José M., CASTRO, Cosette(orgs) *Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil*. Brasília: IPEA, 2010. <https://socicom.org.br/panorama-da-comunicacao-e-das-telecomunicacoes-no-brasil-2011-2012/> Acesso em 07 jul 23

HABERMAS, Jürgen. *A nova obscuridade*. São Paulo: Ed. UNESP, 2015.

INFORMATIVO SOCICOM, n. 59, set 2019. *SOCICOM adere a campanhas nacionais contra o desmantelamento do sistema nacional de pesquisa*. Disponível em: < <https://socicom.org.br/2019/09/13/socicom-adere-a-campanhas-nacionais-contra-o-desmantelamento-do-sistema-nacional-de-pesquisa/>>. Acesso em 27 jun 23.

10 Documento disponível em :< <https://rncd.org/associacoes-cientificas-e-pesquisadores-lancam-manifesto-em-defesa-da-regulacao-das-plataformas/>>.



INFORMATIVO SOCICOM, n. 59, set 2019. *SOCICOM e filiadas debatem ações em resposta a crise de financiamento*. Disponível em: < <https://socicom.org.br/2019/09/13/filiadas-a-socicom-debaterem-acoes-em-resposta-a-crise-de-financiamento/>>. Acesso em 27 jun 23.

LEAL FILHO, Laurindo. Ameaçada, comunicação pública é vital para a democracia. In LOPES, Ruy (organização). *SOCICOM debate : a comunicação pública em questão : crise na EBC*. São Paulo: Socicom, 2016. Disponível em http://www.socicom.org.br/files/SOCICOM_EBC_baixar.pdf. Acesso em 27 jun 23

LOPES, Ruy (organização). *SOCICOM debate : a comunicação pública em questão : crise na EBC*. São Paulo: Socicom, 2016. Disponível em http://www.socicom.org.br/files/SOCICOM_EBC_baixar.pdf . Acesso em 27 jun 23

LOPES, Ruy e BIANCO, Nélia. *O campo da Comunicação: epistemologia e contribuições científicas*. São Paulo: SOCICOM Livros, 2020. Disponível em http://socicom.org.br/wp-content/uploads/2021/01/livro_o_campo_da_comunicacao_2.pdf. Acesso em 27 jun 23

MELO, José M. – Entrevista. *Desafios do Desenvolvimento*, ano 7, ed, 63. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1373:entr-vistas-materias&Itemid=41. Acesso em 27 jun 23

MIT. (2018). *Study: On Twitter, false news travels faster than true stories* | MIT News | Massachusetts Institute of Technology. <https://news.mit.edu/2018/study-twitter-false-news-travels-faster-true-stories-0308>. (Acesso em 05 novembro 2022).

RAMOS, Murilo. Universidade, Comunicação e Democracia. Maria Berenice Machado, Ruy Sardinha Lopes (Organização). *SOCICOM debate: democratização da comunicação*. São Paulo: SOCICOM, 2014. Disponível em <http://www.socicom.org.br/SocicomDebate1.pdf>

RÊGO, Ana Regina. Entrevista concedida a SOCICOM. IN: *Informativo Socicom*, n. 55, fevereiro de 2019. Disponível em: <http://socicom.org.br/informativos/informativo55/01socicom-acompanha/>. Acesso em 27 jun 23.

RÊGO, Ana Regina. Comunicação: entre o fenômeno e a cientificidade. IN: LOPES, Ruy e BIANCO, Nélia. *O campo da Comunicação: epistemologia e contribuições científicas*. São Paulo: SOCICOM Livros, 2020. Disponível em http://socicom.org.br/wp-content/uploads/2021/01/livro_o_campo_da_comunicacao_2.pdf

RÊGO, Ana Regina e BARBOSA, Marialva. *A construção intencional da ignorância: o mercado das informações falsas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2020.

Recebido em 07/07/2023. Aceito em 25/09/2023.

